

## Ata da VI Reunião de Trabalho do Comitê Tempo de Justiça 2024

<b>ATA CTJ N°</b>	07/2024
<b>Título</b>	Reunião do Comitê do Tempo de Justiça
<b>Local</b>	Setor Amarelo, Nível 0, Sala 006
<b>Data</b>	26/09/24
<b>Horário</b>	10:00 às 13:00

### Participantes:

Nome	Instituição	Função
<b>Desa. Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves</b>	TJCE	Desembargadora
<b>Dra. Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz</b>	TJCE	Juíza de Direito
<b>Dr. Augusto Lima</b>	DPCE	Defensor Público
<b>Dr. Leandro Sousa Bessa</b>	DPCE	Subdefensor Público Geral
<b>Dra. Mônica Kaline Barbosa de Oliveira Nobre</b>	MPCE	Promotora de Justiça
<b>Dr. Danilo Rafanele</b>	DHPP	Delegado da DHPP
<b>Dr. Wellison da Silva Tavares</b>	PEFOCE	Perícia Criminal
<b>Jordana Lima Portela</b>	Vice Gov	Ass. Especial da Vice-Governadoria
<b>Carla Dieyla Teixeira Ponte</b>	ViceGov	Agente de Informação do Tempo de Justiça
<b>Aline Alves Fernandes</b>	ViceGov	Assistente Administrativo do Tempo de Justiça
<b>Israel Grangeiro Landim</b>	TJCE	Assistente da 13ª Vara Criminal
<b>Catulo Hansen</b>	Vice Gov	Vice-Governadoria
<b>Diego Xavier</b>	SEPLAG	TJCE
<b>Priscila</b>	TJCE	1ª Vara do Júri
<b>Maria do Socorro Gomes Vieira</b>	TJCE	5ª Vara do Júri
<b>Yury Gagary Araújo Mesquita</b>	Vice Gov	Vice-governadoria
<b>Carol</b>	TJCE	3ª Vara do Júri

### Encaminhamentos:



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Reunião iniciada às 10h, com a presença dos representantes do comitê, e dos convidados acima listados.

Iniciados os trabalhos, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves saudou e agradeceu a presença de todos. Em seguida, ressaltou a importância da colaboração de todos os parceiros para o bom desempenho do Programa.

Logo após, questionou aos presentes se a ata da última reunião está aprovada, tendo todos asseverado afirmativamente.

Seguidamente, a Desembargadora Ângela apresentou a pauta da presente reunião, ressaltando os avanços já desenvolvidos, apontando ganho na produtividade de julgamentos até o presente momento e repassando os compromissos firmados na última reunião.

Dada a palavra ao Catulo, este informou que pediu à Gloria Matos o contato para solicitar os dados, mas até a presente data, não obteve resposta.

Ato seguido, a Desembargadora Ângela informou que Catulo já se reuniu com a informática do TJCE e elencou as inconsistências do sistema. Asseverou que repassará as demandas ao setor responsável por sanear-las. Também solicitou que as unidades parceiras apresentassem as sugestões de premiação para o final do ciclo, para que seja possível escolher uma data para a cerimônia de encerramento.

Seguidamente, Catulo Hansen apresentou a evolução desde a última reunião, exibindo os dados atuais do novo painel, que aponta uma taxa de efetividade da meta em 85%. Ressaltou que ainda há vários júris já agendados para o mês de outubro, o que ainda pode impulsionar o grau de efetividade do programa. Informou que a 5ª Vara do Júri foi a que, até o momento, julgou mais processos. Já a unidade que finalizou mais processos dentro da meta, foi a 3ª Vara do Júri. Em relação aos feminicídios, houve o avanço de mais um julgamento, o que implica em 56% da meta.

Empós, a Desembargadora Ângela passou a palavra ao servidor Diego Xavier, que exibiu a proposta de premiação com os indicadores atualizados. Afirmou que, em relação ao Tribunal de Justiça, ficou definido que haverá o prêmio Destaque Tempo de Justiça; Compromisso Tempo de Justiça; Destaque Tempo de Justiça Mulher; e o Compromisso Tempo de Justiça Mulher. No que se refere ao prêmio na categoria das audiências, foi ouvida a opinião dos representantes do Ministério Público e da



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

Defensoria Pública, ressaltando que nada impede que, no próximo ciclo, haja um refinamento da premiação, com a retirada ou acréscimo de categorias de premiação.

A Dra. Jacinta Inamar Franco Mota Queiroz, ponderou que o critério mais justo é o que premia quem mais efetuou audiências e sessões do júri e que esses atos processuais devam ter pesos diferentes.

As servidoras do Júri, presentes na reunião, concordaram com os apontamentos feitos pela Dra. Jacinta e relataram o esforço que é necessário para a realização de audiências e sessões do júri.

Seguidamente, foi deliberado que a melhor opção será a primeira exibida por Diego.

A Dra. Karine informou que discutiu com colegas do Ministério Público e foi deliberado que preferem manter o mesmo critério adotado para o Judiciário e para a Defensoria Pública.

Passando para os critérios de premiação dos Membros do Ministério Público, as opções de premiação foram as seguintes: Compromisso Tempo de Justiça (quantidade de manifestações do ciclo realizadas dentro da meta dividida pelo total de manifestações do ciclo 2023 do Programa); Compromisso Tempo de Justiça Mulher (quantidade de manifestações de feminicídio do ciclo realizadas dentro da meta dividida pelo total de manifestações do ciclo 2023 do Programa); Destaque em Audiências (quantidade de sessões do júri efetivamente realizadas no ciclo 2023).

Nesse quesito, a Dra. Jacinta interveio e disse que, nos ciclos anteriores do Tempo de Justiça, a premiação do Ministério Público e da Defensoria eram vinculadas às unidades premiadas, para que criasse uma parceria entre as instituições.

Todos os presentes concordaram com a sugestão da Dra. Jacinta, o que foi aprovada. A Desembargadora Ângela informou que o critério seria diferente em relação à premiação da PEFOCE e da Polícia Civil e os dados serão coletados até o dia 31/10/2024 e devem ser apresentados até o dia 10/11/2024.

O Dr. Danilo Rafanele ponderou que, vincular a premiação às ações das Varas melhores colocadas, pode haver injustiça com uma delegacia que finalizou mais inquéritos e remeteu ao Judiciário. Sugeriu que, na parte da Polícia Civil, os critérios



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

fossem o de número absoluto e proporcionais. Ressaltou que os dados são facilmente colhidos nos sistemas da Polícia Civil.

Catulo esclareceu que os dados da polícia são avaliados apenas em relação aos processos que estão dentro do programa Tempo de Justiça e quantos foram inquéritos foram finalizados e enviados ao Poder Judiciário dentro do prazo de 30 dias.

Diego resumiu que a premiação relativa à Polícia Civil será: Compromisso Tempo de Justiça (quem finalizou mais inquéritos); e Destaque Tempo de Justiça (quem finalizou mais inquéritos dentro dos 30 dias).

No que se refere à PEFOCE, haverá as seguintes categorias: Destaque em Laudos de Medicina Legal, Local do Crime e Laudo Balístico.

Seguidamente, em relação à Defensoria Pública, o Dr. Leandro Bessa concordou que a premiação da Defensoria siga o mesmo critério do Ministério Público, para manter a simetria, ou seja: Compromisso Tempo de Justiça (quantidade de manifestações do ciclo realizadas dentro da meta dividida pelo total de manifestações do ciclo 2023 do Programa); Compromisso Tempo de Justiça Mulher (quantidade de manifestações de feminicídio do ciclo realizadas dentro da meta dividida pelo total de manifestações do ciclo 2023 do Programa); Destaque em Audiências (quantidade de sessões do júri efetivamente realizadas no ciclo 2023).

Em relação ao Ministério Público, decidiu-se criar a categoria de premiação da fase pré-processual: Compromisso Tempo de Justiça Pré-processual (quem apresentou mais denúncia dentro do prazo de 20 dias).

Por fim, a Desembargadora Ângela Teresa Gondim Carneiro Chaves reforçou que as reuniões serão realizadas na última quinta-feira de cada mês, às 10h, no Fórum Clóvis Beviláqua. Agradeceu a presença e empenho de todos, destacou a importância do programa e a necessidade de que evoluíssemos nas nossas reuniões, no sentido de detectar, pontualmente, atos necessários a melhorar o desempenho de cada unidade judiciária do Júri, inclusive, elencando as atividades a serem desenvolvidas por cada instituição participante, a fim de que todos possam diligenciar para que seja



efetivamente alcançada a meta que nos propusemos.



UMA JUSTIÇA MAIS ÁGIL. UM CEARÁ MAIS PACÍFICO.

### COMPROMISSOS:

#	Compromisso	Responsável
01	Catulo verificará as delegacias que enviaram os inquéritos referentes aos feminicídios.	Catulo
02	Diego se comprometeu em minutar a portaria com os critérios de premiação.	Diego
03	Vice-Governadora trará a data para a realização da cerimônia de premiação do Tempo de Justiça.	Yury Gagary Araújo Mesquita

Em ato contínuo, não existindo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 13h30min, pela Desembargadora Ângela, sendo agendada a próxima reunião para o dia **31 de outubro de 2024, quinta-feira, às 10h00min, no Fórum Clóvis Beviláqua.**

Lavrada a presente ata, foi a mesma enviada para o e-mail dos participantes e demais integrantes do comitê para conhecimento.